

Efeito Brasil

Especialistas civis brasileiros em países frágeis ou de pós-conflito
Relatório pós-evento | Brasília, 28 de fevereiro de 2012

Por Mariana Kalil, sob a supervisão de Eduarda Hamann e edição de Robert Muggah



UN PHOTO/MARTINE PERRET, 2009



UN PHOTO/SOPHIA PARIS, 2010



UN PHOTO/SOPHIA PARIS, 2005

Este foi o primeiro seminário sobre capacidade civil brasileira, com o intuito de lidar com interesses exclusivamente brasileiros, assim como com as capacidades, os desafios e as oportunidades de se promover um rosto mais brasileiro nas missões bilaterais ou multilaterais desdobradas em contextos instáveis. Organizado de maneira interagencial, o evento atraiu a participação de representantes de órgãos do Governo Federal e do Distrito Federal; agências da ONU e o meio acadêmico. Os debates deixaram evidente que há um potencial espaço para o Brasil na ONU, principalmente. Demonstrou-se também que a experiência de brasileiros tanto em missões multilaterais como bilaterais, ao ser analisada do ponto de vista estratégico, pode e deve ser explorada a fim de favorecer a elevação do perfil do Brasil no plano internacional, na direção do que condiz a qualquer ator global.



Efeito Brasil:

Especialistas civis brasileiros em países frágeis ou de pós-conflito

Por Mariana Kalil, sob a supervisão de Eduarda Hamann e edição de Robert Muggah

Apresentação

Há um nível cada vez maior de interesse e de engajamento internacional em relação ao envio de especialistas civis a países frágeis ou egressos de conflito. Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem feito um grande esforço para revisar as capacidades dos Estados-membros e de seus próprios órgãos e agências a fim de desdobrar, de maneira mais eficiente e eficaz, especialistas civis para contextos instáveis.

Na mesma direção estão quase 15 países que, na última década, começaram a repensar a sua forma de prestar assistência a países frágeis (incluindo atividades de cooperação técnica). Neste contexto, Brasil, Índia e África do Sul surgem como novos polos de poder e também de *expertise* civil e, como consequência, começaram a identificar quais seriam as vantagens comparativas de se enviar especialistas civis dessas nacionalidades para situações instáveis. Tais países, assim como outros também em desenvolvimento, têm experiência acumulada com “cooperação sul-sul” mas tiveram, até o momento, poucas oportunidades de refletir sobre tal experiência e de ver como aperfeiçoar o seu engajamento com questões de interesse global.

Dessa forma, o seminário **Efeito Brasil: especialistas civis brasileiros em países frágeis ou de pós-conflito** foi realizado com o intuito de prover um espaço para que o Brasil se dê conta de suas próprias capacidades nesta área. O evento ocorreu em Brasília, no dia 28 de fevereiro de 2012, organizado pelo Instituto Igarapé, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Universidade de Brasília (UnB).

Foram três os principais objetivos:

1. reunir profissionais brasileiros com experiência em países frágeis e pós-conflito (em missões multilaterais ou bilaterais/triangulares);
2. servir como espaço para troca de informações e promoção de reflexões sobre a possibilidade de o Brasil se organizar internamente com planejamento e ferramentas para melhor reagir às demandas; e
3. apresentar-se como o provável início de uma rede para troca de experiências.

Mais especificamente, nas três sessões substantivas procurou-se evidenciar o espaço de que o Brasil dispõe no âmbito da ONU (para compreender a demanda), assim como a experiência que o Brasil acumula em missões multilaterais (com emprego de militares e policiais militares, além do envio de peritos eleitorais) e também a vasta experiência brasileira com atividades de cooperação técnica em países frágeis ou egressos de conflito (indícios sobre a oferta).



Capacidade civil brasileira

O Igarapé, a ONU e a Universidade de Brasília promoveram o primeiro encontro nacional sobre as capacidades, os desafios e as oportunidades do Brasil de desdobrar especialistas civis em contextos instáveis.

Compareceram 46 profissionais, representantes das seguintes instituições:

- **Governo Federal:** o seminário atraiu participantes de 13 órgãos/agências do Governo Federal, incluindo o Ministério de Relações Exteriores (MRE); Ministério da Justiça (MJ); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Supremo Tribunal Federal (STF); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Exército Brasileiro; e Câmara dos Deputados;
- **Organismos internacionais:** representantes brasileiros de organismos internacionais e da sociedade civil também participaram, com destaque à presença de três integrantes da Cruz Vermelha Brasileira e de mais de 10 representantes brasileiros junto à ONU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Departamento de Apoio ao Terreno (DFS); Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas (UNDSS); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); e Programa de Voluntários da ONU (UNV);
- **Governo do Distrito Federal:** também estiveram representados profissionais vinculados ao Distrito Federal com ampla experiência no terreno, como a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
- **Meio acadêmico:** o seminário também serviu como plataforma para maior engajamento do setor acadêmico brasileiro, com representantes da Universidade de Brasília (UnB); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Católica de Brasília (UCB) e Universidade do Distrito Federal (UDF).



Abertura

O evento teve início com informações gerais sobre o contexto em que se insere o Brasil enquanto ator global. Há tradição de prestar apoio à segurança e ao desenvolvimento, tanto pela via multilateral como pela bilateral e, como consequência, os profissionais brasileiros são enviados para vários países considerados frágeis ou egressos de conflito, como Afeganistão, Guiné Bissau, Haiti e Timor Leste. Sabe-se que 1,5 bilhão de pessoas vivem em situação de instabilidade e que 30% da população em extrema pobreza vivem hoje em países frágeis ou egressos de conflito (Banco Mundial) – cabe frisar que muitas dessas pessoas vivem em países com os quais o Brasil tem atividades de cooperação técnica. Junto deste desafio está o fato de que a violência e a insegurança impedem o desenvolvimento sustentável e como consequência, até o momento, países frágeis de baixa renda não alcançaram nenhum dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Após a apresentação do cenário, foram feitas algumas provocações: quais os impactos deste contexto sobre a saúde física e mental dos brasileiros que ali trabalham? Como administrar possíveis frustrações quanto a mudanças drásticas nos contextos instáveis e como isso afeta a reputação do Brasil no cenário internacional? Que tipo de preparo os brasileiros recebem antes das missões? Como se relacionam as instituições brasileiras no terreno? Tais perguntas estão presentes nas principais discussões sobre o assunto que ocorrem no âmbito da ONU, de países da OCDE e outros. Por isso, também serviram como pano de fundo para os debates travados ao longo deste evento.

Foi igualmente mencionado que a política externa brasileira percebe uma relação de interdependência entre segurança e desenvolvimento, como elementos constitutivos da paz sustentável. Esta interpretação não é consenso na ONU. O Brasil, porém, compreende que, por um lado, sem segurança não há como promover o desenvolvimento e, por outro lado, problemas de desenvolvimento comprometem diretamente a segurança e a paz sustentáveis. Assim, argumenta-se que a presença de especialistas civis brasileiros em missões da ONU seria uma maneira de articular essas duas dimensões. Já existem alguns, mas o número é bastante limitado: há apenas 33 brasileiros entre os cerca de 8.000 civis internacionais que trabalham em missões da ONU no terreno (2012), o que equivale a irrisórios 0,4% do total.



Experiência interagencial

O evento atraiu 46 profissionais do governo federal e distrital, organismos internacionais e meio acadêmico

Sessão 1: O espaço para civis brasileiros existentes hoje na ONU

Esta sessão procurou demonstrar que o Brasil tem grande espaço a ser ocupado em missões de organismos internacionais das quais o país é membro. No âmbito específico da Organização das Nações Unidas (ONU), foco desta discussão, há espaço não apenas nas missões de paz, mas também nas agências, programas e fundos que têm atividades em países frágeis ou egressos de conflito. Alguma participação de brasileiros já é identificada, mas em número irrisório se comparado com outros países de semelhante envergadura ou potencial.

A estrutura que rege uma operação da ONU é complexa. Mais especificamente, a missão e seus integrantes estão subordinados a suas contrapartes em Nova Iorque; no terreno, há agências, organizações não governamentais, militares, policiais, o governo e a população locais, além dos indivíduos que não desejam a presença da missão – sem contar a mídia (local e internacional). Quanto ao perfil do pessoal civil, destacou-se que são profissionais com média etária de 46 anos, com média de 4 anos de tempo de serviço, dos quais 70% são homens e 50% dos profissionais têm 2 anos ou menos de experiência em uma missão. A maioria é de origem africana e somente 4% são da América do Sul, o que evidencia que todo o subcontinente tem participação subexplorada.

O recrutamento ocorre por meio de um cadastro que contém 16 mil pessoas com perfis diferentes, não necessariamente com qualidade, o que dificulta a celeridade da resposta da ONU, tanto ao candidato como à situação no terreno. Vale acrescentar ainda que, recentemente, as Nações Unidas identificaram os temas de maior escassez em termos de profissionais capacitados: segurança e salvaguarda, justiça, processos políticos inclusivos, funções governamentais básicas e recuperação econômica. Além do recrutamento regular, a missão também dispõe de civis recrutados por um processo específico, coordenado pelo Programa Voluntários da ONU (UNV). Os pré-requisitos para o emprego incluem pelo menos dois cursos de segurança e um medical clearance. O voluntário recebe ajuda de custo e outros pequenos benefícios (o alojamento é oferecido pela ONU caso haja crise acentuada). Também são poucos os brasileiros inscritos no programa.

Quanto à “divisão de trabalho internacional”, percebe-se a maior participação de civis de países desenvolvidos, o que decorre provavelmente da *expertise*, do acesso à informação e de recursos. Fatores como a falta de identidade cultural com os assistidos podem se manifestar como dificuldades ao sucesso da missão e, assim, a maior participação de países em desenvolvimento torna-se desejada. Não apenas alivia o déficit democrático como também permite que, por meio da identidade cultural e socioeconômica entre nacionais de países em desenvolvimento, tenham-se maiores chances de se obter soluções sustentáveis.

A complexidade excessiva do processo de recrutamento regular da ONU deriva do fato de que ele existe há 60 anos e de que, hoje, os mandatos do CSNU criam atividades para as quais a organização não foi criada. Assim, o Secretário Geral criou um grupo para identificar os motivos da ineficiência das missões de paz. Uma série de recomendações foi proposta, ensejando mudanças dentro da própria ONU, a exemplo da criação de um novo mecanismo para identificar especialistas civis qualificados (“CapMatch”), ferramenta que está em construção e tem previsão de lançamento em 2012. Trata-se de um instrumento paralelo ao recrutamento, que tem por objetivo identificar especialistas civis em todo o mundo. Ainda não se sabe os efeitos desta ferramenta mas sua idealização já demonstra o comprometimento da ONU com a proposição de alternativas ao que existe hoje. Outra recomendação de destaque foi o apoio da ONU aos Estados membros na sistematização de seus próprios bancos de competências.



Não apenas os entraves foram apresentados, como também algumas das oportunidades a partir do que já ocorre. Há um recente marco legal referente ao Itamaraty (Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome - CGFome), que permite a remuneração de brasileiros voluntários do UNV em um projeto em El Salvador. Trata-se de precedente importante. Aventou-se também a possibilidade de se recrutar aposentados de ministérios relevantes para um roster específico. Mencionou-se, ainda, um mecanismo interno do PNUD chamado Surge, que poderia servir de modelo para o governo brasileiro. Por fim, fez-se referência à criação, pelo governo brasileiro, de um Cadastro Nacional de Voluntariado, como antecipação das demandas dos futuros megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e também do combate à dengue.



Poucos civis brasileiros em missões da ONU

Há apenas 33 brasileiros entre os 8 mil especialistas civis internacionais que trabalham em missões da ONU no terreno, o que equivale a irrisórios 0,4% do total.

Pelo menos três desafios foram destacados.

Em primeiro lugar, no Brasil, a legislação em vigor dificulta o envio de funcionários públicos por missões de médio prazo, acima de 90 dias (as missões da ONU variam de duração mas, em média, são de 12 meses). Em segundo lugar, há necessidade de mecanismo institucional com estrutura mais apropriada para o envio de especialistas civis ao exterior. Algo que seja mais adequado que a atual estrutura da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O Brasil é país em desenvolvimento e acumula a condição de recipiendário de ajuda com a de provedor de aportes cada vez mais significativos. Os órgãos de cooperação técnica, porém, não estão adequados à nova realidade. Em terceiro lugar, há gargalos relacionados à cultura institucional: há poucos civis, dentro do Poder Executivo, com disponibilidade de assumir atividades no exterior. Primeiro, porque não há plano de carreira que os incentive a tanto e, segundo, porque não haverá quem os substitua enquanto estiverem em missão (o acúmulo de trabalho no regresso torna-se um desestimulante).

Esforços de conscientização e de reforma institucional estão coerentes com as atuais instruções da Presidência da República. Além do Poder Executivo, também têm papel a desempenhar a mídia e o Congresso Nacional, sobretudo quanto à construção de uma cultura permissiva ao emprego de especialistas civis brasileiros em missões da ONU.

Sessão 2: Profissionais brasileiros com experiência em missões multilaterais

Nesta sessão, profissionais brasileiros que estiveram em missões multilaterais relataram suas experiências. No caso do Brasil, este grupo é principalmente integrado por peritos eleitorais, militares e policiais militares, já que a experiência de outros civis brasileiros vinculados a missões multilaterais não é ampla e ainda não se encontra sistematizada.

A demanda por peritos eleitorais brasileiros existe há algumas décadas, o que geralmente ocorre com a participação ou indicação do Tribunal Superior Eleitoral, quando atende solicitações de governos estrangeiros ou de algum organismo internacional do qual o Brasil seja membro, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde a década de 1990, o Brasil enviou peritos eleitorais para países como África do Sul, Angola, Camboja, El Salvador, Guiné Bissau, Haiti, Moçambique, Timor Leste, entre outros. Os relatos de dificuldades abrangem principalmente as limitações de suas funções, quando no terreno, e a ausência de critérios objetivos preestabelecidos para conduzir e concluir a investigação sobre o processo eleitoral. O domínio de idiomas, em alguns países, pode significar um grande problema. Além disso, não há um procedimento institucional específico que vise preparar e orientar o observador sobre as situações que poderá encontrar na localidade. Esse apoio, geralmente, é prestado apenas pelas embaixadas brasileiras ou pelos organismos internacionais após a chegada no país. Por fim, seria interessante prever um melhor aproveitamento e divulgação das observações realizadas, com meio de contribuir para o próprio desenvolvimento brasileiro.

Para os militares, por causa da tradição de enviar profissionais a missões da ONU desde a década de 1940, tanto de maneira coletiva (tropas) como de maneira individual (observadores militares ou assessores militares), os mecanismos legais e institucionais já estão mais consolidados. A remuneração é prevista em lei, há orçamento específico para o preparo anterior ao desdobramento, o que ocorre duas vezes por ano (sobretudo por causa da participação atual e regular, desde 2004, no Haiti). Também há evidente preocupação com a qualidade no preparo e no cumprimento do mandato, o que é garantido com investimento próprio das Forças Armadas para além do que é efetivamente reembolsado pela ONU. Assim como o caso dos peritos eleitorais, uma das principais dificuldades é o domínio de idiomas.

Para os policiais militares, há previsão legal no Estatuto da categoria e, embora também haja previsão de financiamento do governo estadual/distrital, dificilmente o profissional capacitado é liberado por seu comandante, por não haver policiais excedentes de nível semelhante. Há treinamento prévio (inclusive com cooperação internacional), mas não há cuidados com a saúde mental do enviado (nem da família que permanece no Brasil). Do mesmo modo, ao retornar ao país, o policial não tem garantias de retorno ao seu posto original. Tampouco há fiscalização da atuação do policial em campo, comunicação entre o observador e o comando ou uniforme-padrão (cada PM usa a farda de seu estado de origem, o que peca pela falta de identidade visual enquanto elemento de projeção do Brasil).

Por fim, afirmou-se que o “Efeito Brasil” pode ser identificado em missões multilaterais das quais o país é parte, principalmente nos países lusófonos, onde há identificação com valores e condições sociais e históricas, e também no Haiti.

Sessão 3: Profissionais brasileiros com experiência em cooperação técnica internacional em países frágeis ou egressos de conflitos

Desta sessão participaram profissionais de instituições diferentes, que receberam o desafio de refletir sobre as atividades brasileiras de cooperação técnica realizadas em países frágeis ou egressos de conflito como, por exemplo, na área de saúde, justiça, formação profissional e direitos humanos. Embora reconheçam a importância e urgência do tema, os profissionais afirmaram que ainda não há política específica do governo nem de suas instituições para lidar com esse tipo de contexto. Apesar dos desafios encontrados pelas missões de cooperação técnica, elas representam ferramentas ad hoc (em muitos casos) encontradas por instituições brasileiras para responder a dificuldades do terreno. Neste sentido, podem servir como inspiração para o que se entende por modelo brasileiro de capacidade civil.

O profissional brasileiro tende a ser percebido como detentor de boa vontade e de motivação pessoal, mas essas características não são suficientes para suprir a falta de preparo. Além disso, o governo federal não dispõe de mecanismos legais ou institucionais para o envio rápido de especialistas civis a situações internacionais de pós-conflito. Ainda assim, a experiência do Brasil logo após o terremoto no Haiti, com cooperação em saúde, indica que, a despeito da falta de políticas e mecanismos, quando se depara com uma grave situação de calamidade, e havendo interesse, o Brasil consegue aproveitar-se da experiência acumulada dentro de seu território para levá-la rapidamente para outro país. No âmbito da saúde, especificamente, cerca de 9 mil profissionais candidataram-se logo após o terremoto, havendo também rápida disponibilização de insumos.



Peritos eleitorais brasileiros pelo mundo

Desde a década de 1990, o Brasil enviou peritos eleitorais para países como África do Sul, Angola, Camboja, El Salvador, Guiné Bissau, Moçambique, Timor Leste, entre outros.



Centralizar a organização da capacidade civil no Brasil

Sugeriu-se a identificação ou a criação de um mecanismo que centralizasse a organização da capacidade civil do Brasil, iniciativa que obteria o apoio da ONU.

Além da área da saúde, o Brasil também tem densa experiência de cooperação com países frágeis ou egressos de conflito no âmbito da formação profissional, sendo os principais exemplos Guiné Bissau, Haiti e Timor Leste. Este tipo de atividade visa à capacitação de jovens e adultos para melhor se inserir no mercado de trabalho e, assim, viabiliza a recuperação da economia local, elemento essencial à paz e ao desenvolvimento sustentáveis.

A duração das missões de cooperação técnica também foi fator destacado, principalmente porque há casos em que a missão dura duas ou três semanas e há casos em que a missão exige a permanência do funcionário em país estrangeiro, inclusive para fins de monitoramento. Isso implica em lidar com questões não apenas sobre a segurança do funcionário “expatriado”, mas também sobre a recuperação de seu cargo original, ao retornar da missão, o que nem sempre ocorre (sobretudo em missões com mais de 90 dias, por falta de previsão legal).

As parcerias entre o Brasil e outras organizações (parcerias triangulares) também foram mencionadas, principalmente por causa da visibilidade das ações brasileiras nesses contextos. Inicialmente, ponderou-se que a visibilidade das ações brasileiras estaria comprometida porque a bandeira brasileira se submeteria à bandeira da ONU. Ao final, reconheceu-se que, no meio multilateral, a depender de como for trabalhada, a visibilidade das ações pode se apresentar de maneira mais forte que a bilateral.

O tema do preparo adequado também foi levantado. Embora o profissional tenha *expertise* para ir ao terreno, deve-se agregar a esta experiência algumas noções de segurança e salvaguarda, informações sobre a política externa do Brasil em relação ao país aonde vai o profissional, entre outros. A falta de domínio do idioma também apareceu como lacuna fundamental.

Ao final, uma questão importante foi trazida à discussão: há hoje a presunção de que o Brasil conta com a percepção internacional de que seu envolvimento com cooperação técnica não advém de interesses escusos. Como consequên-



cia, essa imagem positiva facilitaria a aceitação dos brasileiros pelas populações vulneráveis. Apontou-se que é preciso superar essa interpretação dentro do Brasil, porque tal perspectiva teria relação com uma espécie de “fase heroica”, segundo a qual o altruísmo seria o mote para o envio de brasileiros para missões internacionais, inclusive para países frágeis ou egressos de conflito. É preciso complementar esse prisma com certa dose de pragmatismo a fim de promover o país no plano internacional e de, em última instância, ampliar a sua influência em órgãos como o Conselho de Segurança. Como solução, destacou-se a importância de reunir as experiências acumuladas e de apresentá-las em conjunto, como um exercício planejado de poder. Sugeriu-se, ainda, que seja feita a identificação de perfis mais direcionados para cada setor de atuação, além do estabelecimento de procedimentos-padrão para o preparo de funcionários civis brasileiros e também assumindo que a cooperação com a ONU é pertinente para dar publicidade a essas iniciativas, transformando-as em capacidade de poder.



Aumento da cooperação internacional

O Brasil é um país em desenvolvimento e acumula a condição de recipiendário de ajuda com a de provedor de aportes cada vez mais significativos.

Considerações finais e perspectivas futuras

A sessão final teve por objetivo condensar os pontos levantados até o momento e promover uma reflexão sobre como e por onde avançar a discussão no futuro próximo. O maior desafio é conseguir aproveitar essa oportunidade para consolidar o país como ativo participante dos organismos internacionais, consolidando não somente uma perspectiva altruísta da política externa brasileira, mas principalmente ganhos objetivos ao país. Outros desafios “subsidiários” incluem a obtenção de uma visão compartilhada dentro do país, a reorganização das instituições e da legislação e a construção de uma cultura favorável à participação do civil brasileiro em países frágeis ou egressos de conflito. Para tanto, sugeriu-se a identificação ou criação de um mecanismo que centralizasse a organização da capacidade civil do Brasil, iniciativa que obteria o apoio da ONU.

Quanto aos mecanismos, reforçou-se que uma efetiva agência de cooperação não deve ser um departamento dentro de um ministério, mas sim algo mais amplo, que conte inclusive com estruturas para participar ativamente de fóruns internacionais, a fim de conferir coerência e organicidade à pauta da cooperação brasileira.

No que se refere ao preparo, destacou-se, como antes mencionado, que características típicas de brasileiros (flexibilidade e criatividade, por exemplo), aliadas a *expertise* profissional não são suficientes para o exercício de suas funções em contextos precários. Sugere-se que o preparo inclua também a sensibilidade e informações culturais, conhecimento da política externa brasileira, noções básicas de segurança e melhor capacitação em termos de idioma.

Conclusão

O Brasil depara-se com o interesse e a oportunidade de elevar o seu perfil no cenário internacional. O evento demonstrou que, apesar dos desafios, o país já dispõe de capacidade para tanto. Embora a participação de civis brasileiros em missões das Nações Unidas seja irrisória em termos quantitativos, o Brasil já se envolve com outras atividades em países frágeis ou egressos de conflito e sua atuação tem gerado efeitos peculiares, agregando valor à construção de uma nova realidade local. Essa experiência precisa ser articulada e consolidada, a fim de se fortalecer como ferramenta da política externa brasileira.

Um grupo interagencial terá muito a contribuir para a questão e poderá refletir sobre as capacidades hoje existentes, como organizá-las e melhor utilizá-las diante das oportunidades que se apresentam, sem que, neste momento, sejam feitas alterações institucionais, legais ou orçamentárias. Este grupo, a ser coordenado pelo Itamaraty, seria integrado por representantes de ministérios e outras instituições, inclusive da sociedade civil e do setor privado, já envolvidos com cooperação internacional em países frágeis ou egressos de conflito.

Necessidade de aperfeiçoar o preparo

Além de o civil brasileiro ter *expertise* técnica para ir ao terreno, ele também deve dominar o idioma e deve receber noções de segurança e salvaguarda bem como informações sobre a política externa do Brasil para o país onde ele irá atuar.



INSTITUTO IGARAPÉ é um think-tank dedicado à integração das agendas da segurança e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções alternativas a desafios sociais complexos, através de pesquisas, formulação de políticas públicas e articulação.

“EFEITO BRASIL”

A iniciativa “Efeito Brasil” visa explorar as possibilidades de o país desenvolver um mecanismo de identificação, recrutamento, preparo e desdobramento de especialistas civis em países frágeis ou pós-conflito.

COORDENADORES

Eduarda Passarelli Hamann

Robert Muggah

RELATÓRIO PÓS-EVENTO 02

(EVENTO: BRASÍLIA, 28/02 2012)

MAIO DE 2012

EDITADO POR

Instituto Igarapé

EDITORAÇÃO

Kenia Ribeiro

FOTOGRAFIAS

UN Photo e Acervo Igarapé

INSTITUTO IGARAPÉ

Visconde de Caravelas 111
Botafogo. Rio de Janeiro – RJ
22271-030 Brasil

RIO DE JANEIRO

+55 21 3283-7073

BRASÍLIA

+55 61 3526-1960

www.igarape.org.br

contato@igarape.org.br

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO IGARAPÉ

NOTA ESTRATÉGICA 01 - MARÇO 2012

HAITI'S URBAN CRIME WAVE? RESULTS FROM MONTHLY HOUSEHOLD SURVEYS (AUGUST 2011 - FEBRUARY 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 01 - MAIO 2012

MECANISMOS NACIONAIS DE RECRUTAMENTO, PREPARO E EMPREGO DE ESPECIALISTAS CIVIS EM MISSÕES INTERNACIONAIS



UNITED NATIONS